PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PIÊN -PIENPREV

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

RPPS - 2025

PIÊNPREV

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên

PIÊN 2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 3
2. O PIENPREV 3
2.1 Estrutura Administrativa 3
2.1.1 Conselho de Administração 4
2.1.2 Diretoria Executiva 7
2.1.3 Conselho Fiscal 8
2.1.4 Cenário Econômico 10
3. RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 13
3.1 Receitas e Despesas 13
3.2 Patrimônio 14
3.3 Comprev 14
4. EVOLUÇÃO ATUARIAL 14
4.1 – Custos e Planos de Custeio 15
4.2 Evolução da Situação Atuarial 16
5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS 18

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Governança Corporativa é uma forma de prestação de contas aos segurados e à sociedade, e reforça o compromisso do PIENPREV com a transparência, responsabilidade e eficiência da gestão previdenciária.

O presente relatório contempla, de forma sintetizada, os atos de gestão praticados durante o exercício, apresentando as ações realizadas e os resultados alcançados.

Nesta edição apresentaremos os dados relacionados à governança e à gestão do PIENPREV no ano de 2025. As informações prestadas têm como base os relatórios gerenciais que abrange dados contábeis, de investimentos, atuariais e outros relacionados à gestão da autarquia.

2. O PIENPREV

O Instituto de Previdência Social do Município de Piên – Pienprev é um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), regulamentada pela Lei Municipal nº 1110/2011 de 12 de setembro de 2011, com a finalidade de prover os direitos previdenciários dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município de Piên, devendo assegurar o caráter contributivo e solidário e o equilíbrio financeiro e atuarial, em consonância a Constituição Federal.

O Pienprev é uma entidade descentralizada da Administração Pública Municipal, com personalidade jurídica de direito público, detentora de autonomia patrimonial, administrativa, financeira e contábil.

O Pienprev realiza a gestão previdenciária de 384 segurados ativos, 130 aposentados e 18 pensionistas e possui um patrimônio de mais de 81 milhões de reais.

2.1 Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa do Pienprev é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, Diretor Executivo, e um contador, para realização das tarefas

administrativas, previdenciárias, contábeis e jurídicas inerentes a manutenção do instituto e concessão de benefícios aos segurados.

São integrantes do quadro funcional da Pienprev os servidores públicos efetivos do Município e da Câmara Municipal de Piên, cedidos para exercer suas atribuições junto ao Instituto de previdência municipal.

Portanto, o Instituto de previdência municipal é dirigida pelo Conselho de Administração, administrada pela Diretora Executiva e fiscalizada pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Controlador Interno do Município, Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Secretaria da Previdência Social (SPREV), além dos segurados e a população, por meio do controle social.

O Pienprev conta ainda com uma Consultoria de Investimentos e Comité de Investimentos, um órgão consultivo responsável por participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos.

2.1.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão superior de deliberação colegiada, composto por 04 (quatro) conselheiros titulares, e 04 (quatro) suplentes, que serão eleitos por voto secreto e direto, pelos segurados ativos e inativos, 02 (dois) servidores ativos e 01 (um) servidor inativo e igual número de suplentes serão indicados pelo Prefeito.

O Presidente, o do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são eleitos pelos seus pares, sendo que os representantes dos servidores terão mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas mediante a maioria dos votos, em reuniões bimestrais ordinárias e/ou extraordinárias.

Compete ao Conselho de Administração do Pienprev:

I - Eleger o Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

II - Estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do PIÊNPREV;

III - Decidir sobre aplicações financeiras e investimentos em empreendimentoscom recursos do PIÊNPREV;

IV - Zelar pelo cumprimento das normas constitucionais, legislação ordinária nacional e municipal;

V - Elaborar e votar o seu regimento interno;

VI - Emitir parecer sobre a avaliação técnica e atuarial do PIÊNPREV;

VII - Acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos previdenciários do PIÊNPREV, bem como os ganhos sociais e desempenho dos programas aprovados;

VIII - Fixar critérios para o parcelamento de recolhimento em atraso, de que tratao art. 22 da presente lei;

IX - Encaminhar, bimestralmente, ao Conselho Fiscal relatório sobre a posição dos saldos do PIÊNPREV, com detalhamento de receita e despesas do mês anterior, para análise e acompanhamento;

X - Aprovar as contas do PIÊNPREV, após análise do Conselho

Fiscal;

XI - Fiscalizar os atos de gerenciamento da Diretoria Executiva;

XII - assinar ajustes, convênios e contratos, através de seu Presidente, em conjunto com Diretor Executivo.

Através do Decreto Municipal nº 137/2015, de 15 de setembro de 2015 foram nomeados os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Diretor

Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piên – PIENPREV, para o período de 2023/2027.

2.1.2 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é um órgão de administração geral do Pienprev, composta por I - 01 (um) Diretor Executivo, servidor efetivo com curso superior completo em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito, Engenharia ou Gestão Pública, que será nomeado pelo Prefeito, dentre os candidatos, aquele com maior número de votos, escolhido em pleito eleitoral,

II - 01 (um) Contador;

III - 01 (um) Advogado;

IV - 01 (um) Agente Administrativo.

Os cargos previstos no "caput" do presente artigo serão colocados à disposição pelo Município, com ônus para a origem, enquanto o PIÊNPREV não dispuser de quadro próprio de servidores efetivos.

São competências do Diretor Executivo:

I - Representar o PIÊNPREV em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;

II - Apresentar ao Conselho de Administração e Fiscal até 31 de março de cada ano, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro, ao Executivo e Legislativo Municipal;

III - Elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os até 31 de julho de cada ano, ao Conselho de Administração;

IV - Apresentar relatórios gerenciais periódicos, com a finalidade de proporcionar ao Conselho de Administração os meios para avaliar o desempenho dos programas, em seus aspectos físicos, econômicos, financeiros, sociais e institucionais, e a sua vinculação a diretrizes estabelecidas;

V - Submeter à apreciação do Conselho Fiscal análise do comportamento

contábil do PIÊNPREV;

VI - Movimentar as contas do PIÊNPREV, sempre em conjunto com o contador;

VII - Autorizar a realização de licitações;

VIII - Assinar ajustes, convênios e contrato em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração.

A atual designação do Diretor Executivo se deu pela publicação do Decreto Municipal nº 137/2015, de 15 de setembro de 2015, nomeando a Sra. Jacqueline Niezer.

2.1.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Pienprev é o órgão superior de fiscalização com deliberação colegiada, composto por 3 (três) membros conselheiros titulares e seus suplentes, sendo 2 (dois) membros titulares e suplentes eleitos, e 1 (um) membro titular e seu suplente indicado pelo Prefeito.

A nomeação dos membros deste conselho se dará através de Decreto Municipal, cujo mandato terá duração de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de seus membros, cabendo ao Presidente ou ao vice-presidente, o voto de qualidade.

São atribuições do Conselho Fiscal do Pienprev:

I - Eleger o seu Presidente;

II - Fiscalizar, assegurado o acesso às informações de qualquer natureza, os boletins das receitas e despesas do PIÊNPREV;

III - Fiscalizar o destino de verbas dos benefícios, assim como a aplicação dos recursos, controle e resultado dos empreendimentos;

IV - Examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;

V - Encaminhar ao Conselho de Administração parecer prévio sobre as contas do PIÊNPREV, conforme prevê o art. 33, inciso X desta lei;

VI - Propor ao Conselho de Administração medidas que achar conveniente.

2.1.4 Cenário Econômico

O ano de 2025 foi marcado por um processo de transição macroeconômica, caracterizado pela desaceleração da atividade econômica, pela consolidação gradual do processo de desinflação e pela manutenção de condições monetárias restritivas tanto no Brasil quanto nas principais economias globais. Esse contexto refletiu o esforço das autoridades monetárias em equilibrar o controle inflacionário com a preservação do nível de atividade, em um ambiente ainda permeado por incertezas externas e ajustes estruturais internos.

No âmbito doméstico, a economia brasileira apresentou sinais claros de perda de dinamismo ao longo do ano. O crescimento do Produto Interno Bruto mostrou-se moderado, evidenciando uma desaceleração consistente da atividade econômica. Esse movimento foi influenciado, sobretudo, pela contração do setor agropecuário, além do desempenho apenas marginalmente positivo dos setores de serviços e indústria. Tal configuração sugere um cenário de crescimento mais dependente de setores menos voláteis, porém com menor capacidade de impulsionar expansões mais robustas no curto prazo.

Paralelamente, a inflação apresentou trajetória de desaceleração ao longo de 2025, convergindo para patamares compatíveis com o intervalo da meta estabelecida pela autoridade monetária. Esse comportamento foi sustentado, principalmente, pela redução nos preços de alimentos e bens industriais, refletindo tanto a normalização das cadeias produtivas quanto a moderação da demanda interna. Contudo,

pressões persistentes no setor de serviços e em preços administrados evidenciaram a presença de componentes inflacionários mais rígidos, o que exigiu cautela na condução da política monetária.

Nesse contexto, o Banco Central optou por manter a taxa básica de juros em patamar elevado ao longo do ano, consolidando uma política monetária restritiva. A manutenção da taxa Selic em níveis elevados teve como objetivo assegurar a convergência das expectativas inflacionárias, conter possíveis efeitos de segunda ordem e preservar a credibilidade do regime de metas. Tal postura, embora necessária do ponto de vista da estabilidade de preços, contribuiu para a moderação do ritmo de crescimento econômico e para o encarecimento do crédito, impactando o consumo e o investimento.

No setor externo, o Brasil apresentou um desempenho relativamente sólido na balança comercial, sustentado pelo elevado volume de exportações de commodities, especialmente agrícolas e minerais. Esse fator reforçou a posição do país como importante fornecedor global de insumos básicos. No entanto, o aumento do déficit em transações correntes indicou maior necessidade de financiamento externo, refletindo, sobretudo, a elevação das despesas com rendas primárias, como lucros e dividendos enviados ao exterior. Esse desequilíbrio evidencia uma vulnerabilidade estrutural, ainda que mitigada pela capacidade de geração de superávits comerciais.

No que se refere aos mercados financeiros, o ambiente de juros elevados favoreceu significativamente os ativos de renda fixa, que apresentaram elevada atratividade ao longo do ano, especialmente aqueles indexados à inflação. A combinação entre taxas reais elevadas e menor volatilidade consolidou esses instrumentos como protagonistas na alocação de portfólios. Por outro lado, o mercado de renda variável enfrentou um cenário mais desafiador, pressionado pela concorrência dos ativos de menor risco. Ainda assim, a recuperação observada ao final do período, aliada às expectativas de flexibilização monetária futura, contribuiu para um desempenho positivo no acumulado do ano.

No cenário internacional, observou-se uma dinâmica heterogênea entre as principais economias. Nos Estados Unidos, o início de um ciclo gradual de redução de juros refletiu a tentativa do Federal Reserve de equilibrar uma inflação ainda acima da meta com sinais de

desaceleração no mercado de trabalho. Na Europa, a política monetária manteve-se estável, com autoridades adotando postura cautelosa diante de uma inflação próxima do objetivo, porém ainda sujeita a riscos. Já a economia chinesa apresentou sinais mais evidentes de enfraquecimento, com desaceleração do consumo, fragilidade no setor imobiliário e redução dos investimentos, configurando um crescimento mais moderado e desequilibrado.

Dessa forma, o ano de 2025 consolidou-se como um período de ajuste e reequilíbrio econômico. A combinação entre política monetária restritiva, desaceleração da atividade e inflação em processo de convergência delineou um ambiente de maior previsibilidade, ainda que com desafios relevantes. Para os agentes econômicos, o período exigiu maior seletividade e disciplina na alocação de recursos, privilegiando estratégias alinhadas à preservação de capital e à captura de oportunidades em um contexto de transição.

Em síntese, embora marcado por limitações no crescimento econômico, 2025 apresentou avanços importantes no controle inflacionário e na estabilidade macroeconômica, estabelecendo as bases para um possível ciclo de flexibilização monetária e retomada mais consistente da atividade nos períodos subsequentes.

3. RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Regime Próprio de Previdência Social administra os benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores do Município de Piên e seus dependentes, e contava em 31/12/2025 com 537 segurados, conforme quadro abaixo:

Ativos	Aposentados	Pensionistas	Total
389	130	18	537
72,44%	24,21%	3,35%	100%

Em 2025 foram concedidos 12 benefícios, sendo: 11 aposentadorias e 1 pensão.

3.1 Receitas e Despesas

Em 2025, o Pienprev contabilizou as seguintes receitas:

Receitas	Jan-Dez/2025
Contribuições do Servidor	R$ 5.865.777,39
Contribuições Patronais	R$ 10.586.102,86
Aplicações Financeiras	R$ 10.098.742,60
Aportes p/Cobertura Déficit	R$ 730.913,62
TOTAL	**R$ 27.281.536,47**
Taxa Administrativa PMP	R$ 543.539,91

E no mesmo ano as despesas foram as seguintes:

Despesas	Jan-Dez/2025
Previdenciárias	**R$ 6.225.181,76**
Aposentados	R$ 5.847.676,64
Pensionistas	R$ 377.505,12

Desp. Correntes Administrativas	R$ 278.921,67
TOTAL	**R$ 5.946,260,09**

3.2 Patrimônio

O patrimônio do PIENPREV, na data de 31/12/2025, era de R$ 81.087.165,23 (oitenta e um milhões, oitenta e sete mil, cento e sessenta e cinco reais, e vinte e três centavos), composto da seguinte forma:

Especificação	2025
Ativo Financeiro	**R$ 81.087.165,23**
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 0,00
Créditos Tributários a Receber	R$ 0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R$ 0,00
Investimentos e Aplicações	R$ 81.087.165,23
Estoques	R$ 0,00
Ativo Imobilizado	**R$ 274.139,81**
Bens Móveis	R$ 49.017,59
Bens Imóveis	R$ 225.122,22
(-) Depreciação	(R$ 29.932,56)
Total do Patrimônio	**R$ 81.331.372,48**

3.3 Comprev

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

Em 2025, o Pienprev recebeu os valores de Compensação Previdenciária do INSS, no valor total de R$ 2.582.230,11. O que demonstra um grande avanço na análise do RGPS.

4. EVOLUÇÃO ATUARIAL

4.1– Custos e Planos de Custeio – 2025

Em conformidade com a Lei Municipal, adotou-se a alíquota de contribuição atualmente em vigor para os servidores ativos 14,00%, considerando-se ainda que o Ente contribui com uma alíquota de 16,50%. Os aposentados e pensionistas contribuem com 14,00% sobre a parcela do benefício que exceda o limite Máximo de benefícios do RGPS.

Categorias	Base de Cálculo Anual	Alíquota Vigente (%)	Contribuição Esperada
1. Ente Federativo - Custeio Normal	20.527.196,30	16,50%	3.386.987,39
2. Ente Federativo - Taxa de Administração	20.527.196,30	3,00%	615.815,89
3. Segurados Ativos	20.527.196,30	14,00%	2.873.807,48
4. Aposentados	239.349,76	14,00%	33.508,97
5. Pensionistas	0,00	14,00%	0,00
6. Total Custeio Normal Anual (1+..+5)			**6.910.119,73**

4.2 Evolução da Situação Atuarial

A seguir apresentamos a evolução da situação atuarial dos últimos três exercícios, considerando os cálculos atuariais realizados:

Ano-Base	dez/23	dez/24	dez/25
Quantidade de Servidores Ativos	303	364	383
Remuneração Média (R$)	3.650,32	3.661,35	4.122,75
Quantidade de Beneficiários	118	130	142
Provento Médio (R$)	3.181,62	3.342,99	3.499,55
Total de Segurados	421	494	525
Proporção Ativos/Beneficiários	2,57	2,80	2,70
Folha Mensal de Ativos (R$)	1.106.046,96	1.332.731,74	1.579.015,10
Folha Mensal de Benefícios (R$)	375.431,16	434.588,09	496.936,06
Folha Benefícios/Folha Ativos (%)	33,94%	32,61%	31,47%
VABF - Benefícios Concedidos (R$)	61.399.915,43	69.206.212,12	76.309.731,59
VABF - Benefícios a Conceder (R$)	100.799.683,11	99.388.696,05	112.102.203,88
VABF - Custo Total (R$)	162.199.598,54	168.594.908,17	188.411.935,47
FSF - Folha Salarial Futura (R$)	124.853.355,55	175.397.796,51	197.888.414,54
Custo VABF (em % da FSF)	129,91%	96,12%	95,21%
Saldo dos Parcelamentos (R$)	0,00	0,00	0,00
Saldo dos Investimentos (R$)	64.777.098,06	67.010.422,22	79.877.400,07
Saldo Total (R$)	64.777.098,06	67.010.422,22	79.877.400,07
Direitos de Contribuição Normal (R$)	38.997.433,51	54.523.685,30	61.515.438,97
Compensação Financeira (R$)	6.047.981,13	4.969.434,69	8.491.986,83
Déficit/Superávit Base (R$)	**52.377.085,84**	**42.091.365,96**	**38.527.109,60**
Déficit/Superávit Base (% FSF)	**41,95%**	**24,00%**	**19,47%**
Saldo do Plano de Equacionamento (R$)	10.537.539,55	10.280.243,82	41.867.676,06
Déficit/Superávit Oficial (R$)	**41.839.546,29**	**31.811.122,14**	**3.340.566,46**
Déficit/Superávit Oficial (% FSF)	**33,51%**	**18,14%**	**1,69%**
Cobertura Saldo Total/VABF (em %)	39,94%	39,75%	42,40%
Contribuição Normal dos Servidores (em %)	14,00%	14,00%	14,00%
Contribuição Normal do Ente (em %)	16,50%	16,50%	16,50%
Contribuição Custeio Administrativo (em %)	3,00%	3,00%	3,00%
Lei de Equacionamento do Déficit Atuarial	Decreto 107/2020	Decreto 107/2020	Lei 1.599/2025
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2022 Separada por Sexo	IBGE 2023 Separada por sexo	IBGE 2024 Separada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial de Ativos	1,00% ao ano	1,00% ao ano	1,00% ao ano
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	5,01% ao ano	5,21% ao ano	5,50% ao ano
Rotatividade	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Reposição de Servidores	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Fator de Capacidade	98,22%	98,22%	98,22%
Duração do Passivo (em anos)	16,44 anos	16,81anos	16,31 anos

Tendo em vista os resultados obtidos na avaliação realizada, o Regime Próprio de Previdência Social de Piên PR, possui um Superavit Técnico Atuarial para o exercício de 2025 de R$ 3.340.566,46 (três milhões, trezentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e seis reais, quarenta e seis centavos).

Observa-se que houve uma diminuição no Déficit Atuarial com relação último ano,sendo uma diminuição siguinificativa em 2025 se comparado a 2024.

O RPPS tem apresentado um déficit decrescente, devido às adequações nas hipóteses atuariais e nas variações e características da massa de segurados, observando-se que por mais que houve um aumento da Reserva Matemática Dos Benefícios Concedidos, houveram novas contratações de servidores efetivos, decorrentes do concurso publico realizado em 2023. Ocorrendo desta forma a diminuição do total de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 os recursos do Pienprev estavam aplicados em 17 fundos de investimentos, distribuídos nos segmentos de Renda Fixa (13), Renda Variável (01), Fundos Imobiliários (02) e exterior (01), sendo eles:

ATIVO	Valor em 31/12/2025
Administração	**1.326.370,07**
Disponibilidades Financeiras	**0,00**
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM CAIXA	0,00
Previdência	**81.087.165,23**
Renda Fixa:	**76.933.360,07**
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	2.854.375,66
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	8.929.725,97
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.362.106,64
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	10.535.151,45
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA SIMPLES	3.603.492,72
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS LIMITADA FIF RENDA FIXA	594.972,24
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2028 TÍTULOS PÚBLICOS LIMITADA FIF RENDA FIXA	604.228,25
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	12.613.891,42
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA L	14.897.035,19
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	1.439.005,54
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	14.855.252,43
ITAÚ INSTITUCIONAL JANEIRO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	4.644.122,56
Renda Variavel:	**2.652.565,04**
BB GOVERNANÇA FI AÇÕES	2.652.565,04
Fundos Exterior:	**1.152.730,52**

CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I		1.152.730,52
Fundos Imobiliários:		**465.114,51**
BB PROGRESSIVO II FII - BBPO11		2.099,60
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11		463.104,91
Ativo Imobilizado		**244.207,25**
BENS IMÓVEIS		225.122,22
BENS MÓVEIS		49.017,59
(-) Depreciação		29.932,56
TOTAL GERAL	**82.931.882,36**	

Em 2025 os rendimentos financeiros totalizaram R$ R$ 10.586.102,86 (dez milhões,quinehntos e oitenta e seis mil, cento e dois reais, e oitenta e seis centavos). O Fundo Previdenciário obteve uma rentabilidade de 14,80%, diante de uma meta atuarial de 9,70% (composta pelo IPCA + 5,21% a.a.).

Piên, 16 de março de 2026.

Jacqueline Niezer
Diretora Executiva do Pienprev